



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 17 de fevereiro de 2022

Edição nº 9

Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

- 1** Novidades Legislativas
- 2** Tribunais Superiores
- 3** Conselhos Nacionais
- 4** Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso e de Outros Ministérios Públicos
- 5** Atuação do Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso e de Outros Tribunais de Justiça
- 6** Informativos
- 7** Artigos e Publicações
- 8** Cursos e Eventos

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente – Promotora de Justiça e Coordenadora

Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso – Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

Arivaldo Guimarães da Costa Junior – Promotor de Justiça e Colaborador do CAO

Natacha de Souza Ayes – Assistente Ministerial

Amanda Freire de Amorim – Auxiliar Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato – Auxiliar Ministerial



VENHA PARTICIPAR CONOSCO!

Na próxima terça-feira (22), às 9h, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizará reunião de trabalho para debater aspectos referentes ao Acordo de Não Persecução Penal. O evento ocorrerá por meio da plataforma Teams com transmissão ao vivo pelo canal do MPMT no Youtube. A iniciativa conta com a parceria do Grupo Nacional dos Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

De acordo com informações do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal do MPMT, a reunião de trabalho terá a participação da procuradora-geral de Justiça do MPDFT e coordenadora do GNCCRIM, Fabiana Costa Oliveira Barreto. O procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira, também deve participar das discussões.

Participarão também dos debates a vice-procuradora-geral de Justiça Jurídico-administrativa do MPDFT, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, e do procurador de Justiça coordenador do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial do MPMS, Helton Fonseca Bernardes. Ambos vão apresentar as experiências desenvolvidas em seus estados sobre a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). [Clique aqui](#)



Novidades Legislativas



PL 4602/2021 - Altera o art.244 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para determinar que a busca pessoal independerá de mandado quando existirem fundados elementos da prática de crime permanente. [Clique aqui](#)



PL 4553/2021 - Altera a redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criminalizar a lesão sexual permanente, entre outras providências. [Clique aqui](#)



PL 4556/2021 - O art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal passa a vigorar acrescida do parágrafo 9º. [Clique aqui](#)



PL 4564/2021 - Altera o art. 10º do Decreto - Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal que passa a vigorar acrescido dos parágrafos 4º e 5º. [Clique aqui](#)



PL 4587/2021 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Lei dos Juizados Especiais, para estabelecer que os valores da pena de multa relativa ao art. 32, caput, §1º e §1º-A, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, serão destinados a organizações não governamentais (ONG) de acolhimento e proteção de animais, ou a lares e abrigos temporários de animais cadastrados e fiscalizados por órgãos federais e estaduais competentes. [Clique aqui](#)





Tribunais Superiores

Supremo Tribunal Federal



Ministro Alexandre de Moraes prorroga investigações no inquérito sobre milícias digitais. [Clique aqui](#)



Ministro Gilmar Mendes absolve homem condenado por furto de peça de picanha. [Clique aqui](#)



Presidente do STF determina prisão preventiva para fins de extradição de argentino acusado de estupro de vulnerável. [Clique aqui](#)



Partido pede que STF reconheça a competência exclusiva do Judiciário para fixação da pena de réu colaborador. [Clique aqui](#)



Ministra Cármen Lúcia nega HC impetrado por seguranças de evento denunciados por tortura. [Clique aqui](#)



Pauta de fevereiro do STF traz operações policiais e questionamentos sobre comprovante de vacinação. [Clique aqui](#)



Ministro Alexandre de Moraes nega HC a integrante da “Máfia do ISS” na Prefeitura de São Paulo. [Clique aqui](#)



STF esclarece limites para operações policiais em comunidades do RJ durante pandemia. [Clique aqui](#)



2 Tribunais Superiores

Superior Tribunal de Justiça

-  Inquérito policial não afeta prescrição de ação indenizatória por falsa acusação de crime. [Clique aqui](#)
-  Negada remição de pena a condenado aprovado no Enem depois de concluir ensino médio. [Clique aqui](#)
-  Mantidas tornozeleira eletrônica e outras cautelares contra empresário denunciado na Operação Calvário II. [Clique aqui](#)
-  Indeferida liminar para anular investigações sobre fraudes na venda de equipamentos contra a Covid-19 no Recife. [Clique aqui](#)
-  Mantida prisão preventiva de empresário envolvido em esquema milionário de lavagem de dinheiro. [Clique aqui](#)
-  Presidente do STJ nega liberdade a acusado de aplicar golpes no mercado de criptomoedas. [Clique aqui](#)
-  Suspeito de integrar organização envolvida em crimes hediondos no DF não consegue liberdade. [Clique aqui](#)
-  Ex-prefeito condenado por emissão de notas frias não consegue substituir prisão por penas restritivas de direitos. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

Conselho Nacional de Justiça



Reconhecimento pessoal de suspeitos é tema de publicação científica do CNJ. [Clique aqui](#)



Atendente virtual ajuda polícia mineira em casos de violência contra mulher. [Clique aqui](#)



Censo inédito vai subsidiar Plano de Leitura no Sistema Socioeducativo. [Clique aqui](#)



Órfãos de vítimas de feminicídio têm apoio da Defensoria Pública no Amazonas. [Clique aqui](#)



Evento apresenta protocolo para depoimento de crianças de comunidades tradicionais. [Clique aqui](#)



Aplicativo que notifica casos de abuso sexual de crianças é reconhecido pelo Prêmio Prioridade Absoluta. [Clique aqui.](#)





Conselhos Nacionais

Conselho Nacional do Ministério Público



“CNMP lança portal que visa conferir informação e voz às vítimas”, afirma Augusto Aras em discurso. [Clique aqui](#)



Plenário do CNMP aprova protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise nos sistemas prisional e de segurança pública. [Clique aqui](#)



Último episódio do podcast "Marias do Brasil" faz panorama entre o passado, o presente e o futuro da Lei Maria da Penha. [Clique aqui](#)



Integrantes do CNMP fazem visita institucional ao Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM/RJ. [Clique aqui](#)



Entram em vigor recomendações do CNMP que tratam da criação da Ouvidoria das Mulheres e do Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha. [Clique aqui](#)



CNMP aprova moção e adere à campanha “#WeRemember”, em homenagem ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. [Clique aqui.](#)



4

Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Cadastro para voluntários do Reconstruindo Sonhos é disponibilizado.



Já em funcionamento na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto “May” e no Centro de Ressocialização de Cuiabá, o Projeto Reconstruindo Sonhos será realizado este ano em outras unidades prisionais. Para sua efetivação, o Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso está realizando o cadastro de voluntários que desejam ser multiplicadores da iniciativa. (Acesse aqui o formulário).

Segundo a promotora de Justiça coordenadora do projeto, Josane Fátima de Carvalho Guariente, os interessados serão previamente capacitados para a aplicação do projeto dentro das unidades prisionais. A capacitação, realizada de forma virtual, é oferecida pelo Instituto Ação Pela Paz. O voluntário não terá nenhum custo no decorrer da aplicação do projeto, além disso, receberá certificado de participação.

O projeto busca fortalecer a reinserção social das pessoas em privação de liberdade e a redução da reincidência criminal por meio de duas fases: a de ampliação da compreensão do sentido da vida e a de qualificação e habilitação profissional para o mercado de trabalho. [Clique aqui](#)



Atuação de Outros Ministérios Públicos

Ministério Público do Estado do Acre



Júri: Feminicida é condenado a mais de 37 anos de prisão em Manoel Urbano. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Alagoas



Iniciativas de combate à violência sexual infantil e de proteção a crianças e adolescentes são explanadas durante reunião estratégica do MPAL. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amapá



MP-AP alinha medidas de combate à violência contra mulher com instituições parceiras. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amazonas



Debates sobre violência contra a mulher e lavagem de dinheiro pelo crime organizado fecham Talk Show no MPAM. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Bahia



Combate ao tráfico de drogas é debatido em reunião com a PM de Livramento de Nossa Senhora. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado do Ceará



Fortaleza: Justiça recebe denúncia do MPCE contra policiais militares acusados de tortura. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



Feminicídio: homem que assassinou a companheira com mata-leão é condenado. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Espírito Santo



MPES denuncia envolvidos em esquema de fraude em exames toxicológicos e renovação de CNH. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Goiás



Após denúncia do MP, homem é condenado a 31 anos de prisão por morte de idoso e por tentar matar outras 2 pessoas em Senador Canedo. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Maranhão



MPMA doa equipamentos adquiridos em acordos de não persecução penal. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Integrantes de facção criminosa são condenados a mais de 20 anos de prisão por execução em “Tribunal do Crime” em Naviraí. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Minas Gerais



MPMG viabiliza convênio para que detentos do Presídio de Monte Azul realizem trabalho voluntário em espaços públicos da região. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Paraná



Justiça condena delegado, policial civil e outras nove pessoas denunciadas pelo MPPR em Maringá por envolvimento com o “jogo do bicho”. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Paraíba



Promotoria recomenda medidas para coibir poluição sonora em Pitimbu e Caaporã. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Pará



Promotoria obtém liminar para interdição da delegacia. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado de Pernambuco



MPPE colabora com criação de espaço para vítimas de violência sexual no IML destinando verbas de ANPP. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Piauí



Operação Franquia: MPPI oferece denúncia contra 14 investigados por tráfico de drogas e associação para o tráfico. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte



MPRN obtém condenação de denunciados por tráfico e associação para o tráfico de drogas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul



Três Passos: Justiça defere pedido do MP e suspende prisão domiciliar de homem condenado por feminicídio. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro



MPRJ obtém prisão temporária dos três homens que espancaram congolês até a morte em quiosque da Barra da Tijuca. [Clique aqui](#)



Ministério Público do Estado de Rondônia



Ministério Público quer aprimorar combate à sonegação fiscal e crimes contra ordem tributária. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Roraima



MPRR denuncia sete pessoas pela morte de jovem venezuelano. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Santa Catarina



Após dois pareceres técnicos atestarem que réu era ciente de seus atos, Justiça nega pedido da defesa e dá seguimento ao processo contra o acusado pela chacina de Saudades. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Sergipe



MPSE realiza inspeção no Presídio Militar de Sergipe e constata precariedade na estrutura do prédio. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de São Paulo



Ajuizada ação contra responsáveis por bovinos abandonados em fazenda de Cunha. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Tocantins



Ministério Público faz reunião com parceiros para atender vítimas de crimes violentos. [Clique aqui](#)





Atuação dos Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Acre



Depoimento especial garante que crianças não sejam revitimizadas.

[Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas



Câmara Criminal nega liberdade a acusado de aplicar golpes contra idosos. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá



EJAP abre inscrições para Curso Introdutório em Justiça Restaurativa.

[Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas



Réu falta a julgamento em que é condenado a 8 anos de prisão por tentativa de homicídio. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Inicia nesta segunda-feira (07) o curso "Enfrentamento à tortura nas audiências de custódia: aspectos práticos para a prevenção, identificação e documentação" [Clique aqui](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



Tribunal Pleno do TJCE aprova resolução que institui Núcleos Regionais de Custódia e de Inquéritos em seis comarcas do Interior. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios



População de rua: DF deve pagar multa por abordagem policial desumana e desnecessária. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo



CNJ realiza evento para apresentação de manual para tomada de Depoimento Especial. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Membros do GMF se reúnem com representantes de presos que apresentaram reivindicações para melhorias no sistema prisional. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão



Vara de Execuções Penais inspeciona unidades prisionais de São Luís. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso



Reinserção social: juiz do CNJ destaca ação do Judiciário estadual para reduzir reincidência. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul



Juiz decreta prisão preventiva de seis envolvidos em assalto a banco. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



Superintendente da Comsiv fala sobre combate à violência doméstica em Sarzedo. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Pará



Seção de Direito Penal condena prefeito de Bragança. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



Juiz da Comarca de Coremas realiza julgamento virtual com réu a 2.103 km de distância. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



EJUD-PR promove I Encontro do Judiciário Paranaense contra a Corrupção. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco



Vara Criminal de Abreu e Lima realiza júri popular com apoio de videoconferência e ouvida de réu preso em unidade prisional da Paraíba.

[Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí



VEP/TJ-PI lança portal para facilitar acesso a informações das 'Execuções Penais'. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro



Crime em Nova Friburgo: Justiça condena homem a 19 anos e quatro meses de prisão por morte de ex-companheira e da amiga dela. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte



Penas pecuniárias: 2ª Juizado de Mossoró irá destinar R\$ 71 mil a projetos sociais; inscrições de 10 a 25 de fevereiro. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul



Caso Rafael: designada data para júri de Alexandra Dougokens. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



Caso Antonieli: Investigado pela morte se apresenta à Polícia após decisão judicial que decretou sua prisão preventiva. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina



Justiça decreta prisão preventiva de acusado da morte de servidora do PJSC. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Mantida condenação de acusados de aplicar golpes para obter cartões e senhas. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



Reabilitação de autores de violência doméstica é tema de reunião entre TJSE e Município de Aracaju. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins



TJTO: 2ª Câmara Criminal rejeita pedido de ex-prefeito de Palmas e outros, mantendo condenação de 1º grau. [Clique aqui](#)





Informativos

STF

INFORMATIVO 1040/2021

DIREITO PENAL

Ministério Público: Procedimento investigatório em face de autoridade com foro por prerrogativa de função em tribunal de justiça e supervisão judicial — HC 201965/RJ

É indispensável a existência de prévia autorização judicial para a instauração de inquérito ou outro procedimento investigatório em face de autoridade com foro por prerrogativa de função em tribunal de justiça.

- **HC 201965/RJ, Relator Min. Gilmar Mendes**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

INFORMATIVO 723/2022**DIREITO PROCESSUAL PENAL****Interceptação telefônica.**

A interceptação de comunicações telefônicas depende de decisão judicial fundamentada, a qual não excederá quinze dias, renovável por igual período, apontando a indispensabilidade do meio de prova, indícios razoáveis de autoria e fato investigado constituir infração penal punida com pena de reclusão, que poderá ser determinada de ofício ou por representação da autoridade policial ou do Parquet, devendo, nestes casos, o pedido demonstrar a necessidade da medida, com indicação dos meios a serem empregados (arts. 1º a 5º da Lei n. 9.296/1996).

Sobre o tema, o entendimento jurisprudencial pacificado é no sentido de que a utilização da fundamentação per relationem, seja para fim de reafirmar a fundamentação de decisões anteriores, seja para incorporar à nova decisão os termos de manifestação ministerial anterior, não implica vício de fundamentação (AgRg no AREsp n. 1.7906.66/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, Dje 06/05/2021). E mais, admite-se o uso da motivação per relationem para justificar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas (AgRg no RHC n. 136.245/MG, Min. João Otávio de Noronha, Quinta Turma, Dje 20/9/2021).

- **HC 654.131-RS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma.**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**

STJ

INFORMATIVO 715/2021

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PENAL

Contratação direta de serviços de advocacia. Art. 89 da Lei n. 8.666/1993 c/c art. 337-E do CP (Alterado pela Lei n. 14.133/2021).

Para a configuração do crime previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993, agora disposto no art. 337-E do CP (Lei n. 14.133/2021), é indispensável a comprovação do dolo específico de causar danos ao erário e o efetivo prejuízo aos cofres públicos.

Inicialmente cumpre salientar que a Lei n. 8.666/1993, no art. 13, V, caracterizava o "patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas" como serviço técnico especializado, que poderia ser contratado com inexigibilidade de licitação se demonstrada a notória especialização do profissional e a singularidade do objeto.

- **Agrg HC 669.347-SP, Rel. Min. Jesuíno Rissato - Quinta Turma.**
- **[Acesso o informativo completo clicando aqui](#)**



Artigos e Publicações

70 anos da Lei 1.521 e sua aplicabilidade nos dias atuais

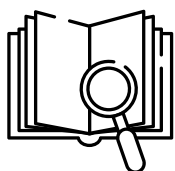
Autor: Rodrigo Céas Picon de Carvalho

A defesa da economia popular ganhou destaque e força com a Constituição Polaca de 1937, no qual os artigos 122, alínea 17 e 141 determinaram que a defesa da economia popular era um direito individual e que tais condutas infratoras seriam julgadas por um Tribunal Especial, equiparados a crimes contra o Estado.

Com a redemocratização em 1945 e a consequente Constituição Democrática do ano seguinte, o cenário já era outro. A economia popular sequer era citada na Constituição, quiçá como direito individual. Citava-se somente a Ordem Econômica, sendo que seu artigo 148 apenas passou a citar a repressão ao abuso do poder econômico, que visassem dominar o mercado, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

Ainda assim, em 1951, com a volta de Vargas ao poder, o Congresso Nacional votou e o Presidente sancionou a Lei 1.521, que passou a trazer condutas criminosas contra a Economia Popular em três artigos – 2º, 3º e 4º -, sendo que os crimes do artigo 2º seriam julgados por um Tribunal do Júri e os crimes do artigo 3º, possuíam penas elevadas (até dez anos de detenção).

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Artigos e Publicações

A influência do racismo estrutural no uso do reconhecimento fotográfico como meio de prova.

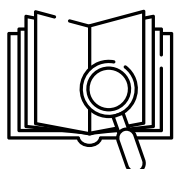
Autores: LilAury Lopes Jr. e Jhonatan Oliveira

Verifica-se, no âmbito processual penal brasileiro, que o atual reconhecimento fotográfico de pessoas possui imensa fragilidade enquanto meio de prova, visto que, além de ser corriqueiramente passível de sofrer com o fenômeno da indução e também das falsas memórias, é também escancaradamente suscetível à influência do racismo estrutural enraizado no processo penal brasileiro.

É isso que se extrai do relatório realizado pela Comissão Criminal do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais — Condege e pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, ao analisar diversos casos encaminhados por defensores públicos pelo Brasil, sobre o reconhecimento fotográfico na fase policial.

Foram realizados dois relatórios, o primeiro em setembro de 2020, apresentando 58 erros em reconhecimento fotográfico no Rio de Janeiro, em um período que vai de junho de 2019 a março de 2020. O relatório demonstrava que 80% dos suspeitos que possuíam informação racial incluída no processo eram negros, contendo apenas oito sem esse apontamento. Ficou demonstrado, ainda, que houve decretação de prisão preventiva em 86% dos casos, onde a privação da liberdade variava de cinco dias até três anos.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Publicação

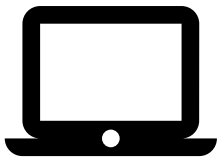


É com orgulho que prefacio esta interessante obra do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por intermédio de suas Comissões de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) e de Enfrentamento da Corrupção (CEC), dedicada a demonstrar a experiência, o êxito, o exemplo significativo em cada Unidade do Ministério Público Brasileiro no combate à corrupção e de gestão e governança.

O Conselheiro Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, presidente de ambas as Comissões (CCAF e CEC), apresenta a prestimosa 3ª edição da publicação “O CNMP e as Boas Práticas de Combate à Corrupção e de Gestão e Governança dos Ministérios Públicos”, não só com o principal objetivo de divulgar aquilo que os Ministérios Públicos realizam de bom a ser colocado à disposição dos cidadãos, mas também, mesmo que de forma indireta, assevera o importante trabalho ministerial no contexto social.

- [Tenha acesso a cartilha clicando aqui](#)





Cursos e Eventos

Congresso Criminal: Temas atuais de Direito Penal e Processo Penal e seus desafios para o Ministério Público Brasileiro



O Congresso Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo vai reunir grandes nomes jurídicos de todo o país, com objetivo de abordar temas atuais do Direito Penal, do Direito Processual Penal e os desafios para o Ministério Público brasileiro.

Com foco em criar um ambiente rico de debate, o Congresso busca a participação dos Ministérios Públicos de todo o Brasil.

- Tenha acesso clicando aqui

Worshop NAJ - Módulo I 2º Encontro

O Ministério Público do Estado de São Paulo criou o NAJ - Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri - vinculado ao Centro de Apoio Criminal, que tem como escopo a formação e aprimoramento dos membros que atuam nos feitos do Tribunal do Júri.

Uma das ações propostas pelo NAJ será a realização de workshops com a participação de renomados promotores de justiça de todo país e de profissionais da área pericial, a fim de que sejam discutidas questões atuais e práticas relacionadas à tutela da defesa da vida.

- Tenha acesso clicando aqui





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

